

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UnB PLANALTINA – FUP
CURSO: LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO- LEdoC
ÁREA: CIENCIAS DA NATUREZA E MATEMATICA - CIEMA

**O Processo de Gestão Escolar da
Escola Estadual Paulo Freire
em Barra do Bugres - MT**

LUERNANDI ALVES DE MIRANDA

Matricula: 10/65505

Professor Dr. Orientador: Luís Antônio Pasquetti

Planaltina – DF 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UnB PLANALTINA – FUP
CURSO: LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO- LEdoC
ÁREA: CIENCIAS DA NATUREZA E MATEMATICA - CIEMA

O Processo de Gestão Escolar da
Escola Estadual Paulo Freire em Barra do Bugres MT

LUERNANDI ALVES DE MIRANDA

Monografia de final de curso submetida à Faculdade UnB Planaltina, da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área de Ciências da Natureza e Matemática.

Professor Dr. Orientador: Luís Antônio Pasquetti

Planaltina – DF de 2013

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder a oportunidade de estudar e realizar um sonho, por vencer todos os obstáculos surgidos ao longo do caminho, pois não há como chegar a lugar algum sem ele, a toda a minha família, a meu orientador, a meus amigos e companheiros de luta na caminhada até Brasília, aos educadores e educadoras que contribuíu na minha formação, a todo o coletivo da escola Paulo Freire que viram a contribuir na elaboração das atividades de inserção na escola, a comunidade Paulo Freire que contribuiu na inserção a comunidade. Um especial agradecimento a todos os companheiros e estudantes da turma Andréia Pereira Santos que aprendemos juntos no compartilhamento de informação.

Dedico esta vitória a toda minha família que foi o grande incentivador, a qual nunca me deixou a desistir da longa caminhada, por fazer-me entender a importância dos estudos para a minha vida, e que somente por intermédio deles que tive a oportunidade de alcançar novos horizontes e novas percepções para o futuro profissional e pessoal como indivíduo construtor de novos cominhos. Não foi fácil cogitei varias vezes desistir, e não chegar ao fim desta batalha contra o cansaço de lutar contra o desafio encontrado pelo caminho como falta de recurso financeiro, a saudade de casa e a resistência de compreender a metodologia diferenciada do curso. A vontade de vencer e conquistar o escape dentro da universidade era grande, portanto neste ano de 2013 o sonho se torna realidade.

LISTA DE SIGLAS

CDCE – CONSELHO DELEBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR
CEFAPRO – CENTRO DE FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PROFESSORES
EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
EMI - ENSINO MÉDIO INTEGRADO
EPF – ESCOLA ESTADUAL PAULO FREIRE
INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA
LEDOC - LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MEC – MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
MT – MATO GROSSO
PNRA - PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA
SEDUC - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/MT

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade um estudo de caso da escola Paulo Freire com ênfase na gestão escolar, sendo pesquisa de campo e bibliográfica, tendo como foco principal a Análise do Processo de Gestão. Inicialmente descreve-se a história da Escola Estadual Paulo Freire e como tem sido sua jornada de luta e organização, além da participação e contribuição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No segundo capítulo descreve-se a Educação do Campo e a Gestão da Escola Estadual Paulo Freire. Portanto o marco conceitual está alicerçado aos temas da Educação do Campo e da Gestão Escolar ancorados na realidade da Escola Paulo Freire situada no Assentamento Antônio Conselheiro Agrovila 28, em Barra do Bugres MT. As principais conclusões foram que esta escola é fruto da organização e luta dos trabalhadores, pois cada tijolo assentado teve que ser batalhado conquistado e sem a pressão dos sujeitos camponeses não tinha adquirido a escola, que tanto serviu e serve a comunidade como espaço coletivo, cultural e educativo, uma escola em processo em construção que se caracteriza como uma Escola do e no Campo. É relevante salientar que os estudantes pesquisados neste trabalho participaram da trajetória de conquista da escola.

Palavra-chave: Gestão Escolar, Educação do Campo, Luta pela Educação,

ABSTRACT

This work aims a case study of Paulo Freire School with an emphasis in school management, and field research and literature, focusing mainly on the Analysis of the Management Process. Initially describes the history of the State School and as Paulo Freire has been a journey of struggle and organization, besides the participation and contribution of the Movement of Landless Rural Workers. The second chapter describes the Rural Education and Management of State School Paulo Freire. Hence the conceptual framework that underpinned the themes of Rural Education and School Administration anchored in the reality of Paulo Freire School located in Settlement Advisor Anthony Agrovila 28 in Bar Bugres MT. The main conclusions were that this school is the result of organization and struggle of workers, as each brick sitting had to be fought and won without the pressure of subjects peasants had not acquired the school, which served both the community and serves as a collective space, cultural and educational process in a school building that is characterized as a school and Field. It is important to note that the students surveyed in this study participated in the school's history of conquest.

Keyword: School Management, Field Education, Fight for Education,

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. A luta pela terra e a conquista da Escola Estadual Paulo Freire	11
1.1 A Escola Estadual Paulo Freire	15
2. Educação do Campo e Gestão da Escola Estadual Paulo Freire	20
3. Análise dos dados da gestão Escola Paulo Freire	31
3.1 Metodologia	31
3.2 Resultados dos Dados Coletados	33
3.3 A gestão Escolar e a Educação do Campo	37
Considerações Finais	40
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE	44
APÊNDICE A – Questionário aos estudantes	44
APÊNDICE B – Questionário aos Gestores	45

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo a Análise do Processo de Gestão Escolar, tendo como estudo de caso a Escola Estadual Paulo Freire, situada em Barra do Bugres no Estado de Mato Grosso. Busca-se fazer uma análise da gestão, através de levantamento de dados, entrevistas, percepções, sobre a concepção de Gestão na Escola do Campo. Partiu-se da luta pela terra e pela educação realizada pelos trabalhadores rurais sem terra, hoje assentados naquele assentamento e traz elementos, dados e documentos que comprovam o trabalho realizado em busca da consolidação da Educação do Campo.

A pesquisa teve como objetivo geral: Analisar o processo de gestão escolar na Escola Paulo Freire, articulada com a luta pela terra e pela escola realizada pelos trabalhadores. E como objetivos específicos: Identificar o papel do gestor como articulador no desenvolvimento da Educação do Campo e nas soluções dos problemas enfrentados no dia a dia da realidade dos assentamentos; Analisar como e onde as concepções de educação: democrática, participativa e tradicional se realiza na Gestão da Escola Paulo Freire. A partir destes objetivos foi elaborado um questionário com o foco de investigar todo o ambiente escolar, tendo com objeto da pesquisa os estudantes e os gestores que trabalham ou já trabalharam na escola.

No primeiro capítulo aborda-se a história da luta pela terra no Assentamento Antônio Conselheiro e a conquista da Escola Paulo Freire, demonstrando a contribuição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ao longo do processo de formação da comunidade Paulo Freire. Já no segundo capítulo refere-se sobre Educação do Campo e Gestão da Escola Estadual Paulo Freire, descrevendo alguns conceitos da Educação do Campo e como a gestão tem aproximado e desenvolvido seu trabalho nessas perspectivas. No terceiro capítulo apresenta-se o método e as técnicas de pesquisa tendo como referenciais a pesquisa de campo e bibliográfica. E em seguida realizou-se a tabulação dos dados demonstrando o que a pesquisa identificou na visão dos estudantes e diretores da escola.

Enfim o trabalho realiza uma reflexão sobre as concepções de uma Escola do Campo e no Campo, e que pode servir de ferramenta para futuros gestores das

escolas, com base nas experiências dos sujeitos camponeses junto à organização, articulação e militância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que foi quem construiu a história da Escola Estadual Paulo Freire.

CAPÍTULO I

A luta pela terra e a Conquista da Escola Estadual “Paulo Freire”

O trabalho de base é peça fundamental na formação dos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e é através deste que se mobilizam as pessoas interessadas em conquistar um pedaço de terra a se organizar em movimento, ocupar e conseqüentemente pressionar as autoridades responsáveis para fazer a distribuição da terra. A luta pela terra no Brasil surgiu no momento em que os colonizadores portugueses colocam os pés nas terras indígenas, a partir disso, essa luta foi se intensificando, até o surgimento de um movimento organizado que pensou a luta pela terra, pensando outras ações necessárias a sobrevivência do homem do campo, e no campo. A terra sempre foi sinônimo de poder, e no intuito capitalista de ganhar muito dinheiro, alguns burgueses concentraram muitas terras em suas mãos formando grandes latifúndios, que por sua vez, expulsa o pequeno agricultor para cidade, gerando muita fome e desigualdades sociais.

As desigualdades sociais estão presentes no Brasil desde seu surgimento, para explorar as riquezas brasileiras e colonizar o país os portugueses utilizaram o trabalho escravo, numa desumanização sem limites. Mas o ser humano não se entrega fácil e assim, os negros começam a disputar o território brasileiro através da formação de quilombos, espaços que abrigavam os negros refugiados dos grandes latifúndios exploradores e ali se organizavam para produzir e viver coletivamente tendo sempre que enfrentar a ira dos exploradores, travando várias batalhas para defender seus territórios de resistência.

A escravidão acabou em 1888, mas as desigualdades continuam e a luta pela terra tomou novos impulsos com o avanço do capitalismo. Livres, mas sem ter como sobreviver os escravos se viram obrigados a vender sua força de trabalho, muito mal remunerados e sem direitos trabalhistas, a escravidão se reestabelecia com outra característica tão desumana quanto à primeira.

As desigualdades no campo e a luta pela terra se transformaram em batalhas sangrentas, envolvendo índios, negros e colonizadores, e não muito distante desta

realidade, assistimos o absurdo que foi o Massacre de Eldorado dos Carajás que aconteceu em 17 de Abril de 1996, onde 19 trabalhadores sem terra foram assassinados numa operação realizada pela Polícia Militar do Pará.

A ocupação dos latifúndios é uma forma de protesto dos camponeses uma vez que só através da ocupação que legitima a desapropriação com muita mobilização e embate com o poder publico. E foi através das ocupações que várias conquistas foram realizadas como o Assentamento Antônio Conselheiro, no estado de Mato Grosso, que abrange os municípios de Barra do Bugres, Nova Olímpia e Tangará da Serra. Assentamento onde se ambienta a atual pesquisa onde surgiu da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que teve sua origem há 26 anos, na cidade de Cascavel Estado do Paraná.

Expulsos de suas terras pela elite agrária brasileira os camponeses se organizaram em um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pelo direito a terra, pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais necessárias ao nosso país. E assim os excluídos pelo capitalismo compreendidos como posseiros, migrantes, meeiros, atingidos por barragens e pequenos agricultores foram organizados através de pessoas que conhecia a filosofia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com apoio de lideranças já consolidadas do MST fez surgir a grande mobilização de sujeitos camponeses e urbanos sem terra em prol da Reforma Agrária.

Formalmente criado em 1984, o MST contou, no momento de sua formação, com representantes de 11 estados. No entanto, os três estados do Sul se constituíam no polo político do movimento. Nos anos 1990, ele se expande por todo o país e se consolidou como o principal porta-voz da luta pela terra (MEDEIROS, 2009, p.4).

Como se pode perceber nas palavras de Medeiros a luta do MST se expande rapidamente pelo imenso território brasileiro, trazendo esperanças para os camponeses marginalizados pela ação latifundiária. Sua importância na história da luta pela terra é muito grande, seus princípios organizacionais se respaldam em princípios que visa o fortalecimento da condição humana na terra, valorizando o trabalho coletivo em detrimento do trabalho individualista propagado pelo sistema de produção capitalista. Cooperar e se solidarizar é armas de resistência desta luta. A

reforma agrária é importante e precisa ser realizada para resolver problemas agrários no país conforme afirma Girardi:

A reforma agrária é necessidade historicamente defendida para a resolução dos problemas agrários no Brasil. Em nossa análise da luta pela terra tomamos o período de 1988 até 2006, quando foi intensificada. Nos sucessivos governos deste período, as ações de reforma agrária no Brasil tem sido baseada principalmente nas políticas de criação de assentamentos rurais e de concessão de crédito aos camponeses. Partimos do princípio de que uma reforma agrária no Brasil deve, simultaneamente, reformar a estrutura fundiária do país, possibilitar o acesso dos camponeses a terra e fornecer-lhes condições básicas de vida e produção. (GIRARDI, 2012).

Girardi destaca que uma proposta nova dentro de uma estrutura velha surte muito pouco ou nenhum resultado, para realizar a reforma agrária que de fato resolva a situação do povo camponês é preciso mudar a estrutura fundiária observando a realidade agrária do país. Reforma não significa resolver, o que resolve é uma reestruturação baseada nos princípios camponeses dentro de uma política nova reorganizada para atender os anseios camponeses.

Este trabalho relaciona-se diretamente com o espaço onde a pesquisa se realizou: o Assentamento Antônio Conselheiro.

Para falar da conquista da terra no Assentamento Antônio Conselheiro vale frisar que sujeitos sem terra, que se encontrava em situações econômicas difíceis se organizaram através do trabalho de base dos militantes do MST e formou um acampamento a beira da BR 358, onde homens e mulheres se agruparam às margens da mesma, em centenas de barracos de lona preta, denunciando a concentração da terra, de renda e das riquezas da nação. Famílias estas de varias cidades vizinhas. O acampamento foi construído entre os municípios de Nova Olímpia e Tangara da Serra, onde montaram um enorme acampamento com mais de mil famílias. Com cinco dias acampados as margens da BR 358 acontecem uma grande tragédia, onde uma carreta desgovernada invade o assentamento retirando a vida de cinco companheiros e deixando nove feridos. Após o acidente foi trancado a rodovia, acendendo duas clareiras de fogo uma na entrada e outra na saída do acampamento, ficando por quatro dias e quatro noites nesta luta. Com toda esta

pressão, foram cedidos aproximadamente 12 hectares de terra, nas proximidades da cidade de Nova Olímpia pelo grupo Itamaraty em regime de comodato.

Em seguida após a tragédia, houve um grande marcha à sede do Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA) na Capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, onde ocupam a sede do INCRA e começam os debates e reuniões com representantes do Governo Estadual e Federal. Com a ocupação os sujeitos Sem Terra conseguiram, em acordo, a liberação e desapropriação da Fazenda Tapirapuã, localizada no município de Tangara da Serra abrangendo mais dois município Nova Olímpia e Barra do Bugres com uma área de aproximadamente 38.335 hectares de terra.

A Fazenda Tapirapuã encontrava-se nas mãos de um único dono onde existiam grandes invernadas de pastagem para a criação de gado sendo berço de um grande latifúndio, mas o que leva a desapropriação e o interesse do próprio Fazendeiro devido dívida com o Estado. Os representantes do INCRA juntamente com as lideranças do MST vieram até a Fazenda e decide que aceita a terra para assentar as famílias.

Nesta Fazenda Tapirapuã ficaram aproximadamente três anos acampados, onde a organização das famílias se dava em núcleos sendo um coordenador e uma coordenadora que compunhava na coordenação geral do acampamento, instância esta que faziam a articulação política do movimento nas negociações frente ao poder público. Os núcleos além de ser uma forma de representação e organização também eram um espaço de formação e tomada de decisão. Espaços em que as famílias debatiam ideias e elencava pontos para serem discutidos na coordenação geral, que depois de discutidos retornava aos núcleos para apreciação dos acampados.

No primeiro acampamento na Fazenda Tapirapuã foi construída a primeira escola do Assentamento Antônio Conselheiro, que em assembleia os acampados decidem nomeá-lo de Ernesto Che Guevara, pelo fato deste homem ter lutado contra a desigualdade social, dedicando toda a sua vida para este fim e sendo reconhecido por toda a América Latina como um dos maiores homens de toda sua história. Mas o nome não foi bem aceito pelas autoridades da época, onde os mesmos só reconhecerão após a presença dos moradores e de toda a comunidade escolar do

Assentamento Antônio Conselheiro na Câmara Municipal que afirmaram o nome escolhido no ano de 1996.

A escola Ernesto Che Guevara, atendia toda a comunidade do assentamento Antônio Conselheiro até o sorteio dos lotes, onde se encontravam a maior parte das famílias, os que se encontravam em outras partes da fazenda Tapirapuã eram atendidos por extensão da mesma.

O lote individual deu-se com o parcelamento da terra onde houve o sorteio dos núcleos por agrovilas. As agrovilas são espaço coletivo que ficou constituído devido à forma de divisão das parcelas, que foi no formato de raios de sol. Nos lotes individuais persistiram em alguns núcleos o trabalho coletivo na plantação das lavouras, mais com o passar dos anos isso foi se perdendo e nos dias atuais isto está bastante escasso, mais ainda existe.

Com o parcelamento dos lotes começa a batalha por estradas e escolas, pois a Escola Ernesto Che Guevara não tinha como atender todo o assentamento, por estar muito distante da mesma devido à dimensão territorial da comunidade. Para facilitar a organização e até mesmo por questão política o assentamento se divide em quatro comunidades, que são: Ernesto Che Guevara, Marechal Rondon, Paulo Freire e Gleba Jatobá.

A comunidade do Marechal Rondon e Gleba Jatobá ficaram mais sobre influência das associações que se formaram com o desmembramento de pessoas do MST que surgiu devido às divergências de lideranças e perda de vínculo com o mesmo.

A comunidade Marechal Rondon adquire a escola que vem a ter o mesmo nome, este foi dado devido à existência na sede da Fazenda Tapirapuã o casarão do Marechal Rondon. Já a Gleba Jatobá que esta no município de Barra do Bugres passa a serem atendido por uma extensão do município as séries iniciais e ensino fundamental e médio se deslocava para o Distrito de Nova Fernandópolis.

1.1 A Escola Estadual Paulo Freire:

A comunidade Paulo Freire localizada no Município de Barra do Bugres, formada por 240 famílias. Para atender a demanda educacional dessas famílias

foram construídas escolinhas de palha nas agrovilas 28, 32, e 33 para atender as crianças de 1ª a 4ª série, em regime multisseriado, onde os demais percorriam até oito quilômetros a pé e depois pegava o transporte escolar que percorria mais trinta quilômetros. Frente a essa realidade começa uma peregrinação à Prefeitura de Barra do Bugres, a fim de reivindicar a construção de uma Escola decente para a comunidade.

Após inúmeras audiências, os trabalhadores rurais donos de seus próprios destinos e com disposição de lutar a fim de alcançar seus objetivos, realizam uma grande mobilização ocupando a Prefeitura, que sacode a lendária e histórica cidade de Barra do Bugres, onde, sua elite política e econômica dos recantos de extensas invernadas e canaviais não conseguia esconder a sua ira, sentiram-se desafiados, devido ao longo da história estar acostumado a utilizar as diversas manobras para explorar os trabalhadores e trabalhadoras.

Por duas vezes o Paço Municipal, esteve sufocado pelo cheiro do povo, aquele que é o seu verdadeiro dono desse chão que pisa. Uma mobilização histórica com a presença de adultos, jovens, adolescentes e crianças. Onde os educadores/as ministraram as aulas debaixo dos barracos de lona, enfrente a Prefeitura. Foi um período intenso de negociação onde várias propostas surgiram desviando da possibilidade de construir a Escola dentro do território dos Sem Terra, desde transportar os educandos (as) para Nova Fernandópolis, distantes trinta quilômetros, até outras tantas propostas (PPP, 2011).

Enfim, em 1999, a conquista foi garantida, o Prefeito cedeu, construindo uma Escola de madeira com minissaia de alvenaria e telha de amianto: com quatro salas de aulas, uma cozinha, dois banheiros com três box cada e uma dispensa.

Em março desse mesmo ano, durante a Jornada Nacional das Mulheres, em audiência com o então Governador Dante de Oliveira, é garantida a construção da Escola Estadual, com o objetivo de implantar o Ensino Médio, ficou negociado a proposta de firmar uma parceria, onde o governo Estadual forneceria os materiais e subsidio a mão-de-obra da comunidade. O material foi entregue pela metade e o subsidio não foi repassado, as famílias tiveram vários problemas e acabou conseguindo construir parte da construção, devido a uma parceria com a Prefeitura de Barra do Bugres, que também era interessada, pois as duas redes de ensino

estavam no mesmo espaço, e o número de aluno das séries iniciais estava aumentando, assim município não teria gastos com construções. Nesse sentido a última etapa foi concluída em fevereiro de 2005, conforme dados e informações coletados no Projeto Político Pedagógico de 2011.

A escola conta hoje com um quadro de quarenta e oito funcionários, atendendo 325 estudantes desde as series iniciais até o ensino médio. A escola por vontade da comunidade foi estadualizada em 2007, e trabalha com as séries iniciais, ensino fundamental e médio, educação de jovens e adultos (EJA) e duas turmas de Ensino Médio Integrado (EMI) técnico em agroecologia trabalhando três períodos matutino, vespertino e noturno.

A escola encontra-se hoje com dois prédios de alvenarias e dois de tábuas. Onde nos mesmo funcionam oito salas de aulas dois laboratório de informática um refeitório, cozinha, direção, secretaria, biblioteca, sala dos professores, sala da coordenação, duas dispensa de alimentos e limpeza e dois box de três banheiros cada. Prédios estes embora bem cuidados pela equipe de profissionais da escola encontram em péssimo estado. Devido os anos de uso e obras mal feitas, o telhado e banheiros de um dos prédios onde esta maior parte das salas de aulas encontra todos danificados e apresenta riscos para os estudantes. As salas molham durante as chuvas tendo que os educadores juntar os alunos em um canto da sala interrompendo as aulas. Os banheiros devidos ser de tabuas está com a base toda comprometido.

Um novo prédio já está sendo construído, com uma estrutura muito boa e atende todas as demandas da escola, mas encontra-se com mais de um ano de atraso sem previsão de entrega, pois esta parada a obra. Segundo informações que tivemos o problema esta no repasso do recurso por parte da Secretaria de Estado de Educação - MT (SEDUC-MT), que esta atrasada e a empresa não têm condições de continuar a obra.

O transporte escolar na Escola Paulo Freire, corresponde 50% dos problemas que a escola vem enfrentando para o bom funcionamento, pois os mesmo a cada ano e uma batalha na prefeitura de Barra do Bugres para conseguir devido ao atraso para enviar os ônibus, em razão de ser terceirizado e passar pelo processo de licitação, e sempre quando chega o transporte encontra em péssimas condições não

apresentando segurança alguma para transportar crianças e adolescentes. No ano de 2012 a situação esta sendo bastante grave embora o transporte chegasse ao início do ano no período adequado para o início das aulas, tem ocorrido muitas faltas de aulas. Por conta da falta de manutenção ao decorrer do primeiro semestre, a partir do segundo passou-se por situação ainda pior devido à empresa terceirizada alegar que não estar recebendo da prefeitura e parar por mais de cinquenta dias as aulas comprometendo o ano letivo.

Devemos ainda destacar outro problema que é a manutenção das estradas que é outro fator que faz com que se percam muitas aulas, devido o poder público só estar dando manutenção com muita pressão, sem isso dificilmente é feito algum reparo nas estradas.

Ao longo da história da Escola Paulo Freire sempre houve a luta da comunidade para fazer com que o Estado cumprisse com o seu papel, dando aos camponeses o direito que a eles pertence. Devemos destacar o importante papel que as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra teve na formação e na organização dos trabalhadores, lideranças estas que se formaram do meio do próprio povo. Foi muito intenso o trabalho de base junto aos sujeitos para que eles tomassem conta de construir a sua própria historia em um processo de articulação e conscientização onde os sujeitos lutassem de forma organizada em busca do mesmo objetivo.

Hoje a escola encontra em um período de disputa e ao mesmo tempo de desarticulação devido às intensas mudanças que vieram acontecendo na comunidade. A perda de base do MST por ocasião das diversas associações que se formaram a desarticulação sindical frente à comunidade e principalmente a venda de lotes onde perde boa parte dos estudantes.

Com o passar do tempo à relação escola-comunidade foi tomando novas configurações, uma vez que o Assentamento já não era o mesmo, pois estava fragmentado devido venda de lotes por assentados e a vinda de famílias e das Associações que não tem a mesma formação dos sem terras no processo da compreensão e valorização da reforma agrária e da luta de classe, com isso a escola passou a receber educandos e famílias que não entende a filosofia da escola que é; a humanização através da sensibilização e conscientização das pessoas, que ajude a formar os sujeitos sociais

da construção de um projeto de desenvolvimento solidário e coletivo do campo e de um país comprometido com a soberania nacional, com a Reforma Agrária e outras formas de desconcentração de renda e da propriedade (MIRANDA, 2011, p.08).

Diante de todas as questões que por parte vem a prejudicar a escola, o coletivo da unidade escolar não deixa de fazer com que a escola seja um campo de formação e construção do conhecimento com uma equipe que busca em seus projetos maneiras de enfrentar os desafios e garantir a comunidade uma escola que corresponda aos seus sujeitos.

Enfim a história da Escola Paulo Freire nada mais é do que a organização e luta, pois a cada tijolo assentado teve que ser batalhado conquistado, sem a pressão dos sujeitos camponeses não tinham adquirido a escola, que tanto serviu e serve a comunidade como espaço coletivo, cultural e educativo. Buscando ainda ir além, com iniciativas por parte de seus gestores de garantir que seja uma escola do e no Campo. A história não é minha não é sua e sim de todos os homens e mulheres que juntos deixaram famílias e foram à luta por um País mais justo, e que desse um pouco de respeito e dignidade aos povos donos destas terras que foram expulsos, massacrado pelo modelo capitalista de nação.

CAPÍTULO II

Educação do Campo e Gestão da Escola Estadual Paulo Freire

A Educação do Campo surge da pressão dos movimentos sociais do campo, por escolas no campo, e visando estabelecer um diferencial para as escolas do campo. Nesta luta os sujeitos camponeses trabalhadores começam a ter visibilidades dentro da conjuntura pública e política do país como afirma Caldart:

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escola públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistências de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seus territórios, sua identidade (CALDART, 2008, p71).

Nessas experiências ganha forma concreta a concepção de escola do campo que nasce e se desenvolve no bojo do movimento da Educação do Campo, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais (MOLINA, SÁ 2012, p 326).

No Estado de Mato Grosso, se conseguiu também alguns avanços com esta luta. Tenta-se garantir o ensino para os povos do campo implantando o nível médio e a educação profissional de nível técnico que está assegurado na própria lei:

Com o advento da Constituição de 1988, a educação é proclamada como um direito de todos os brasileiros (art. 205 CF), independentemente de sua residência. A partir da instituição das diretrizes operacionais da Educação Básica do campo através da Resolução de CNE-CEB nº 01, de 03 de abril de 2002, e a Resolução 126/CEE/MT/ 2003, no parágrafo único do artigo 4º: “A universalização incluirá a educação infantil e o ensino fundamental e médio inclusive para os que a eles não tiveram acesso na idade própria, cabendo, em especial, ao Estado, garantir as condições necessárias para o acesso ao ensino médio e a educação profissional de nível técnico”. A educação do campo foi conceituada como sendo o exercício da cultura, das práticas sociais, que buscam construir uma educação de qualidade resultante de políticas que valorizem o povo do e no campo, respeitando sua sabedoria e reconhecendo-o como “guardião da terra” vinculado a um processo de nação (Plano Estadual De Educação, 2006, p70).

O Plano Estadual de Educação destaca ainda uma Política Pública de Educação do Campo que deve respeitar todas as formas e modalidades de educação que se orientem pela existência do campo como um espaço de vida e de relações vividas, e ao mesmo tempo produto e produtor de cultura, conforme afirma Reck:

A educação do no campo como direito, por um lado compreende a existência da escola no espaço do campo onde os sujeitos vivem o cotidiano, visto que a mesma está situada no campo e também interfere nos processos de produção dos conhecimentos, porque não será uma escola deslocada da realidade dos sujeitos (RECK, 2007, p21).

O autor explicita a necessidade de se trabalhar a realidade quando o assunto é Educação do Campo e coloca a produção de conhecimento como o resultado das ações coletivas dos sujeitos que compõem essa realidade, mudando o cenário real do campo educacional brasileiro. A existência de milhões de camponeses analfabetos no Brasil é a expressão da pobreza e o indício revelador da exclusão que existe no campo. Por isso, o centro das discussões do movimento por uma educação do campo, está no ser humano, nos processos de sua humanização mais plena.

A gestão escolar da Escola Paulo Freire teve como base a formação das lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No seu início foi constituído basicamente pela coordenação e militância do MST, onde os mesmos tinham o apoio da comunidade para gerir a organização e funcionamento da estrutura escolar, a busca por educadores que atendessem a escola do campo.

As lideranças que estavam à frente trabalhavam na organização dos sujeitos para estar mobilizando e reivindicando todos os seus direitos enquanto agricultor e cidadãos brasileiros entendia que não era só terra que precisavam mais educação, saúde e lazer.

A Gestão Escolar na Escola Paulo Freire teve como alicerce a participação à cooperação e o debate, pois as famílias dos estudantes estavam presentes na organização e articulando juntas as lideranças do MST. Esta gestão tem a concepção que segundo Saviani denomina-se de pedagogias contra hegemônicas que são aquelas que:

[...] não apenas não conseguiram se tornar dominantes, mas que buscam intencional e sistematicamente colocar a educação a serviço das forças que lutam para transformar a ordem vigente visando a instaurar uma nova forma de sociedade. Situam-se nesse âmbito as pedagogias socialista, libertária, comunista, libertadora, histórico-crítica, (Saviani, 2005, p35).

Com um trabalho que busca por traços contra hegemônicos começam a caminhar em direção à educação do campo, estabelecendo mecanismos para construir uma conjuntura favorável à valorização dos sujeitos camponeses da comunidade.

Mas quem ganha espaço dentro da escola e à pedagogia libertadora de Paulo Freire, que busca trabalhar a partir da realidade em que vive, esta metodologia fez com que a escola caminhasse para servir a comunidade adquirindo uma gestão participativa e comunitária. Com base na pedagogia de Paulo Freire que visa, o homem como um ser consciente para assim compor:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (FREIRE, 1987, p.77).

Portanto a participação na construção de um trabalho coletivo em busca de uma escola que atendesse os seus anseios de uma nova sociedade, possibilitando principalmente o ensino básico aos filhos e filhas dos assentados, oportunidades que os mesmos quando crianças não o tiveram. Sendo que:

Foi preciso um longo período de maturação para que se formulasse explicitamente a necessidade nacional de uma política de educação e de um plano para implementá-la. Na década de 20, do recente século xx, a questão educacional amadureceu, chegando à percepção coletiva da educação como um problema nacional (LIMA, 2010).

A participação da comunidade foi algo que sempre aconteceu de forma muito intensa e espontânea devido à escola ter sido construído através de muita luta e

estar com um número expressivo de jovens estudando, além de muitos pais que nunca tiveram a oportunidade de estudar estar também estudando. Com isso, ficou garantida a presença massiva de toda a comunidade nas assembleias e reuniões que vinham a tratar assuntos de interesse do bem estar da escola e da organização política do assentamento em geral.

A cooperação de sujeitos do movimento na comunidade, buscando as ferramentas necessárias, para estar construindo, um projeto de escola que vem ao encontro dos trabalhadores e que acolhesse todos, como espaço de formação humana, espaço coletivo, espaço cultural e principalmente que concretizasse uma educação própria do Campo.

Portanto “o que os sujeitos sociais de cada movimento se colocam e vivenciam é o que tantos grupos humanos vivenciaram e enfrentaram em outros tempos e espaços”. (ARROYO, 2003, p.48).

O debate em busca de afinar os objetivos que a comunidade e escola têm em comum onde os gestores tomam parte do que a comunidade quer e a escola apresenta seu projeto de trabalho. Mas principalmente dando prioridade e seu devido valor a educação em si, sendo considerada e avaliada à Educação no e do Campo e seu desenvolvimento na gestão das escolas.

O trabalho do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra na organização e preparação do espaço de formação educacional e cultural na gestão da escola “Paulo Freire” destaca as muitas conquistas que a escola obteve, tanto no campo teórico como prático. Sendo que:

As ações desenvolvidas pelos Movimentos Sociais do campo evidenciam a construção de um processo social, político e cultural que cria identidade coletiva ao movimento, revelando os interesses comuns dos grupos populares do meio rural (SOUZA E BELTRAME, 2010, p.85).

Mas com o decorrer do tempo e as pressões externa por parte da sociedade hegemônica, a formação de associações denominando grupos opostos ao MST tendem a desarticular e destruir a principal ferramenta do movimento, que são a força de massa nas demandas da comunidade.

A primeira associação surge devido a denuncia de desvio de verba e

comprovação, onde uma liderança tida como referencia pelos assentados era o responsável, sendo que os assentados perde a confiança na organização não entendendo que o problema estava em apenas em um individuo. Um segundo fator e devido já ter uma proposta de criação de pequenas associações todas ligada a uma mesma estrutura o MST para organizar a produção e comercialização da produção, onde muitos levam esta ideia em frente com intuito de ganhar dinheiro e desvincula do movimento. Um terceiro fator e o descontentamento entre ambas as lideranças, por entender que não tinha espaço para crescer juntos então cria outro grupo. Mas o principal fator e a pressão externa proporcionada pelo sindicato dos trabalhadores e políticos da esfera municipal e até mesmo estadual. A comunidade Paulo Freire esta configurada hoje em um grupo do MST e cinco associações.

A divisão dos assentados entre movimento e associação também contribuíram para o adormecimento de uma comunidade ativa, sendo que os mesmos buscavam as mesmas reivindicações de forma individual perdendo a força frente ao poder público. Portanto perde-se toda a articulação e organização dos assentados.

Temos ainda a grande perda de jovens que foram para a cidade, devido não encontrar meios de adquirir renda para manter-se no assentamento. As vendas de parcelas e consequentemente perda de vínculo com o movimento, outro grande responsável pelo afastamento da comunidade da escola onde à desarticulação política juntos as associações e os assentados, destruíram as formas de organização que os assentados tinham.

Apesar de todos os problemas a comunidade continua percebendo a escola como um espaço político e social que vem a fazer a diferença, onde representa o local de encontro do camponês sendo o único local em que conta com a participação mais expressiva, e que busca estar tratando de todas as questões de interesse da mesma, como saúde, infraestrutura, lazer e compromisso com o meio ambiente.

A participação da comunidade acontece com representação no conselho escolar e popular onde em reuniões de pais e mestres são abertos para ouvir e acatar ideias e opiniões referentes ao trabalho da escola, conta ainda com assembleias para organizar processos de luta em busca de melhorias para a escola como transporte escolar e melhores estradas que são fatores que muito contribuem para a falta de aula na escola, sendo que o coletivo de educadores, após ter

esgotado todos os recursos de negociação com o poder público convida a comunidade para debater e tomar encaminhamento para solucionar as demandas.

O Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE) é formado por representação de todos os segmentos da unidade escolar, são retirados dois representantes de cada segmento, que são: segmentos de educadores, educandos, apoio administrativo e pais. O diretor é membro nato deste conselho e compartilha com essas pessoas eleitas por seus pares a gestão escolar. Os mesmos se reúnem uma vez a cada mês ou quando necessário, o diretor ou presidente do CDCE convoca uma reunião extraordinária.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) construído de forma coletiva e participativa com todo o coletivo de educador e participação de alguns membros da comunidade, e que tratou de assegurar os projetos que entenda a metodologia da escola, onde tem como princípio o trabalho coletivo e a luta pela terra. O PPP vem a contar um pouco da história e desafios enfrentados pelos trabalhadores, mas também assegurar suas conquistas.

O projeto político pedagógico é revisado a cada dois anos, pelo coletivo de educador da escola e representação do seguimento da comunidade.

A escola trabalha com vários projetos que são assegurados no Projeto Político Pedagógico e desenvolvidos a cada ano no intuito de fazer algo mais pela comunidade, como formação, cultura, integração e conscientização. Os projetos são construídos por educadores que possui formação política, e os mesmo tende a garantir o compromisso com a luta pela terra, educação, saúde, lazer e cultura. Os principais projetos são:

(A) Sem Terrinha em Ação: Formando Cidadão para a vida. O objetivo deste projeto e trabalhar de forma lúdica e prazerosa, trabalhar a consciência de ser cidadão, visando o ser crítico comprometidos com o meio ambiente, a humanidade, a cultura, a política, a cidadania e a educação de qualidade. O Sem Terrinha trabalha a formação política e social das crianças e a própria identidade de ser sem terra como a sua historia. Acontece em outubro em homenagem ao dia das crianças a uma serie de atividades de diversão, mas também reivindicam melhorias para a escola através de manifestações e audiências na secretaria de educação e prefeitura em seu município, vale destacar que este projeto não e exclusivo da

Escola Paulo Freire, é um projeto do MST que abrange todas as escolas dos acampamentos e assentamentos do Brasil, coordenados pelo MST.

(B) Semana Paulo Freire: essa semana é dedicada a homenagear o patrono da escola, Paulo Freire, ela acontece na primeira semana de maio, aniversário da morte de Paulo Freire, nesta oportunidade a escola trabalha a formação social, a cultura educação e identidade, de forma coletiva. Acontecem nessa semana várias atividades culturais e pedagógicas como produção de texto, teatro, musica poesia, cartazes, brincadeiras, seminário, paródia finalizando com apresentação cultural, além é claro de estudos sobre a teoria de Paulo Freire.

A atividade acontece, não com a mesma intensidade de quando era forte a participação do MST onde faziam um trabalho mais concreto sobre a teoria de Paulo Freire e de toda a trajetória da escola, fazendo um debate contra hegemônico e afirmando seus princípios de povo camponês e afirmando para uma Educação do Campo.

(C) Semana Voluntariado em memória a Che Guevara: tem como objetivo manter viva a memória de Ernesto Che Guevara ressaltando seu compromisso com os oprimidos do mundo. Na semana do trabalho voluntário a escola faz doações de sangue, mutirão de limpeza na escola, visita a asilos e casa da criança etc. Essa semana acontece em outubro em homenagem a Che Guevara, que foi assassinado no dia 08 de outubro na Bolívia.

(D) Preserve a vida: Objetivo geral do projeto é ampliar o conhecimento dos educandos e educandas em relação ao meio ambiente enfatizando a necessidade de preservar a biodiversidade, existente no planeta e principalmente na realidade em que estamos inseridos, procurando sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância e a necessidade de se preservar o meio ambiente como um todo em todas as suas dimensões, que trabalha o meio ambiente, conscientização e a formação humana do sujeito. Por estar no campo à escola tem uma relação muito forte com a terra e a natureza e através do projeto preserve a vida fortalece com seus educandos e comunidade essa relação com a biodiversidade natural e a preservação do mesmo. Esse projeto trás ainda a importância das hortas na comunidade e na escola para fortalecer e qualificar a alimentação das famílias e dos educandos, através desse projeto é trabalhado também a saúde de toda

comunidade escolar.

(E) Escola em Minha Casa: Uma vez por mês os educadores vão visitar as famílias dos educandos com o intuito de conhecer a realidade dos educandos (as) e repensar as práticas pedagógicas aproximando-se das vivências dos mesmos, enfocando a pedagogia da alternância. A Escola em Minha Casa é um trabalho feito pelos educadores e apoio administrativo onde consiste em um trabalho de visita as casas dos estudantes para conhecer melhor a realidade, fazer uma avaliação de como esta sendo o trabalho da escola e como as famílias avaliam a escola.

(F) Formação sala do Educador, como forma de melhorar a qualidade do ensino: Qualificar nossos profissionais da educação para atender as demandas da nova era educacional, ocasionado pelos avanços tecnológicos e culturais, além de amadurecer os conhecimentos sobre o ser humano e a educação. Este projeto é acompanhado pelo Centro de Formação e Atualização de Professores (CEFAPRO) que consiste em um órgão responsável pela política de formação, sistematização e execução de projetos e programas da SEDUC/MT, bem como, pelo desenvolvimento de parcerias com o Ministério de Educação (MEC), onde oferece palestra de temas pertinentes que é escolhido ao inicio do ano na Semana Pedagógica que acontece no recesso de carnaval.

(G) O Festival de Poesias: É um projeto que visa o intercambio entre todas as escolas do campo do Assentamento Antônio Conselheiro. Todo ano é escolhido um tema onde todas as poesias deverão ser produzidas em torno do mesmo, os temas já trabalhados foram: Patativa do Assaré, Zumbi dos Palmares e Paulo Freire e para 2013 o tema escolhido em votação entre todas as escolas participantes foi Ernesto Che Guevara. O dia do Festival de poesia é um dia muito especial, onde os estudantes da Escola Paulo Freire e convidadas recitam poesias que foram trabalhadas durante um determinado período, a cada ano tem um tema diferente que segue uma linha de homenagear grandes nomes em que deram contribuição com a educação ou com a luta por classe. Todas estas atividades são de responsabilidade de uma equipe que é tirada no início de cada ano na semana pedagógica e os trabalhos de produção e criação da poesia são responsabilidade do mediador de turma.

Os projetos tem sido uma ferramenta educativa, em que na medida em que

são trabalhados de forma coerente tem cumprido com seus objetivos.

Todas essas ferramentas de gestão participativa descrita acima vêm perdendo a intensidade e o envolvimento dos educadores. Existe a dificuldade de encontrar educadores que tenham compromisso com a discussão da educação do campo. As pessoas querem fazer como na escola tradicional, vão à escola, dão sua aula e vão embora sem nenhum envolvimento com a comunidade. Aqui essa é uma prática que não pode acontecer, pois a proposta é envolver a escola e a comunidade com o objetivo de construir uma nova educação.

Mas, infelizmente é muito difícil fazer com que as pessoas entendam isso, a grande maioria ainda vê a escola como um “cabide de emprego”. O grande desafio desta instituição de ensino é fazer com que essas pessoas entendam a dinâmica e a proposta política e pedagógica da escola e trabalhem em prol da mesma, ou seja, caminhar na mesma direção do projeto de escola elaborado pela comunidade escolar.

O CDCE, embora ainda não tenha uma atuação conforme o objetivo de sua formação, quando se compara a outras escolas o mesmo tem contribuído muito nas discussões e tem ajudado o diretor em todos os setores da escola, isso fortalece muito a gestão democrática e participativa. A grande problemática e a formação do mesmo, pois muito pouca gente se dispõe a fazer parte do conselho, pois precisa dispensar tempo para participar das reuniões do conselho e até reuniões fora da escola quando se tem que falar com o poder público.

Por esta razão é preciso que a uma iniciativa de como Estado pense novas alternativas para melhorar o interesse das pessoas em contribuir nesse instrumento de participação democrática tão importante que é o CDCE.

No site da seduc, está claro o conceito que a Secretaria de Estado de Educação tem do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar:

O Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar - CDCE é um órgão de representação da comunidade escolar. Trata-se de uma instância colegiada que deve ser composta por representantes dos segmentos da comunidade escolar e constitui-se de discussão de caráter consultivo, deliberativo e mobilizador. O conselho é um órgão colegiado, suas decisões são tomadas em reunião. Isoladamente, nenhum conselheiro tem poderes para tomar decisões. O conselho, como órgão colegiado é um espaço coletivo onde os diferentes

segmentos da comunidade escolar e local estão representados, (Seduc, 2012).

Para SEDUC, o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, deve ser um espaço de discussão das questões educativas e seus incrementos na prática política e pedagógica da escola. E assim o mesmo tem função deliberativa quando ajuda na discussão dos problemas escolares, decidem sobre regimento escolar, PPP, normas internas e enfim decidem junto com o diretor o funcionamento geral da instituição de ensino. Funciona também dentro da característica consultiva, ou seja, assessorando o diretor analisando as questões encaminhadas pelos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções que poderão ser ou não acatadas pela direção da unidade escolar.

E por fim mobilizadora, promovendo a participação, de forma unificada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade, em várias atividades contribuindo para a efetivação da democracia participativa e para melhoria da qualidade social da educação.

Tendo em vista essa importância e responsabilidade do CDCE, é muito importante que os segmentos tenham consciência de suas escolhas no momento da eleição dos membros do Conselho Deliberativo. A pessoa que assume essa responsabilidade tem que ter clareza de sua função e o compromisso com a instituição de ensino e com as pessoas que hora está representando. Assim como o cuidado que se deve ter na hora de escolher um candidato a prefeito, presidente ou governador deve-se estabelecer critérios que variam entre ética, honestidade, responsabilidade, compromisso, disposição e espírito de liderança, também no CDCE.

A formação dos Conselhos deliberativos tem amparo legal no estado de Mato Grosso, amparado pela Lei nº 7.040, de 1º de outubro de 1998, que em seu artigo 11 enfatiza:

São órgãos consultivos e deliberativos da Unidade escolar:

I Assembleia Geral;

II Conselho Deliberativo da comunidade Escolar;

III E conselho Fiscal; (D.O. 1º, 10.98).

Na visão do Governo do Estado de Mato Grosso através dessas instancias de decisões, e a eleição de diretores para as unidades escolares, fica estabelecida a gestão democrática e participativa nas instituições de ensino do Estado. Esta sem dúvidas foi uma iniciativa muito positiva, implantada através de muita luta do Sindicato dos profissionais da educação no estado. Mas essas iniciativas por si só não garantem a gestão democrática, é preciso que as pessoas tenham consciência disso na prática e passe a usar essa ferramenta social em beneficio da comunidade escolar.

Percebe-se na Educação do Campo uma busca pelo respeito e a aprendizagem do ser humano. Toda pessoa tem o direito de aprender do seu jeito e deve ser respeitado enquanto sujeito da aprendizagem. O processo educativo só é possível quando se iniciam as necessidades reais, necessidades essas que tocam na vida das pessoas ou que tem haver com sua identidade. E é assim que a escola Estadual Paulo Freire seguindo as orientações e os princípios da Educação do Campo, constrói e conduz o seu Projeto Politico Pedagógico.

CAPÍTULO III

Análise dos Dados da Gestão Escola Paulo Freire

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada neste trabalho, definindo em quais os procedimentos que foram trabalhados para a sistematização do assunto abordado. Em seguida é apresentado o resultado das coletas de dados, que foram apanhados através de questionário direcionado aos estudantes e gestores da escola “Paulo Freire”. E por último destacam-se elementos da Gestão Escolar e a Educação do Campo no intuito de contextualizar os diversos conceitos que permeia sua magnitude em relação ao todo.

3.1 Metodologias da Pesquisa:

A pesquisa teve como amostra 5% dos estudantes e os diretores que já tiveram experiências no trabalho de gestão na escola. Foram elaborados dois questionários um direcionado para os estudantes, que foi aplicado na casa digital da escola e outro foi aplicado para os ex-diretores.

A pesquisa-ação se deu pela curiosidade referente ao assunto abordado e ainda pela necessidade de desenvolver uma pesquisa em relação à importância de um estudo da gestão escolar na Escola Estadual “Paulo Freire” e sua relação de pioneirismo na Educação do Campo no Estado de Mato Grosso. Teve como fonte materiais que acumulei ao longo da jornada como estudante da Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) sendo que foram selecionados referenciais de livros, artigos, revistas, monografias, relatórios de campo, entre outros.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de fundamentações teóricas que ajudou no processo de construção do trabalho, conforme afirma Gil:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc; até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o

pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas. (GIL, 1991 p. 71).

Deste modo a pesquisa bibliográfica foi usada em todo o desenvolvimento da pesquisa como meio de fundamentação dos assuntos inerentes para mesma e está descrita nos conceitos dos primeiros dois capítulos.

Também foram realizadas entrevistas com os estudantes, fazendo o diagnóstico em relação a várias questões pertinentes da escola, sendo que a mesma foi realizada a partir de um questionário estruturado com perguntas fechadas.

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema (GIL, 1991, p. 92).

A entrevista foi fundamental onde foi possível ter um diagnóstico da realidade da comunidade escolar através do conhecimento que os estudantes têm da sua relação direta com o coletivo de profissionais da escola.

Para desenvolver a pesquisa utilizaram-se as seguintes técnicas: (A) Questionário com perguntas fechadas para os estudantes; (B) Questionário para os gestores, com uma questão fechada e três abertas. O formulário utilizado foi semi-estruturado fechado e aberto; a opção de elaborar com os estudantes um questionário fechado foi devido ao grande número de estudantes e com os gestores o questionário com perguntas em aberto dariam mais espaço para o diálogo.

Este trabalho consiste em coleta de dados e informação dos sujeitos através de questionário determinado como pesquisa de campo que segundo TOZONI-REIS (2008) é a utilização de diferentes técnicas e instrumentos de pesquisa, segundo os critérios estabelecidos pelo pesquisador e usados pela pesquisa de campo das ciências da educação são a observação e a entrevista.

Nesse sentido a entrevista foi fundamental para coletar os dados necessários para concretizar a análise da gestão. Com um formulário bem direcionado nos diversos assuntos que são de suma importância para o gestor.

O formulário é um dos instrumentos essenciais para a investigação social cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado. Nogueira (1968:129) define formulário como sendo “uma lista formal, catálogo ou inventário destinado à coleta de dados resultantes quer da observação, quer de interrogatório, cujo preenchimento é feito pelo próprio investigador, à medida que faz as observações ou recebe as respostas, ou pelo pesquisado, sob sua orientação” Para Selltitz (1965:172), formulário “é o nome geral usado para designar uma coleção de questões que são perguntadas e anotadas por um entrevistador numa situação face a face com outra pessoa.” Portanto, o que caracteriza o formulário é o contato face a face entre pesquisador e informante e ser o roteiro de perguntas preenchido pelo entrevistador, no momento da entrevista (GIL, 1991 p. 112).

Após a pesquisa a campo, os dados foram tabulados, sistematizados e analisados com base em uma minuciosa revisão considerando-se a quantidade e qualidade dos mesmos.

3.2 Resultados dos Dados Coletados

Os estudantes pesquisados caracterizam-se de modo bastante diversificado, quanto à idade e série. Sendo que sua faixa etária varia de 16 a 50 anos, abrangendo estudantes do Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Ensino Médio Integrado (EMI). A pesquisa foi com 17 estudantes da Escola Paulo Freire, onde estudam 325 educandos (as).

Na primeira questão, perguntei: Como funciona a gestão escolar na Escola Paulo Freire? E as alternativas eram: Democrática, Participativa e Tradicional. As opiniões foram 35,20% optaram por participativa, 41,17% por democrática e 23,52% por tradicional. De acordo com MEDEIROS:

A gestão democrática na educação realiza-se através de mecanismos formais (normativos – leis, regimentos, por exemplo – e institucionais – tais como as Secretarias de Educação e Conselhos) e de práticas cotidianas que visam à participação dos diferentes atores sociais

implicados, seja no nível dos sistemas ou das unidades de ensino, nos processos de planejamento, tomada de decisão e avaliação inerentes à organização e funcionamento desses espaços MEDEIROS, 2003.

A gestão participativa e o envolvimento de todos os sujeitos que fazem parte de uma comunidade escolar onde participam em todos os processos, conforme Blasi e Falcão:

Tal gestão consiste no envolvimento de todos os que fazem parte direta ou indiretamente do processo educacional no estabelecimento de objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisões, na proposição de planos de ação, em sua implementação, monitoramento e avaliação, visando os melhores resultados do processo educativo. BLASI, FALCÃO apud Lück, (2006a, p.22).

Enquanto a gestão tradicional está ligada ao processo administrativo burocrático em que o diretor não tem relação de diálogo com o coletivo de educadores, estudantes e pais. E a direção que toma todas as decisões que cabem à escola sem consultar os demais envolvidos.

Os estudantes nesta questão avaliaram que a gestão da escola de acordo com sua proximidade e participação nas atividades da mesma, portanto ficou bem dividida a concepção de gestão. Mas fica claro que não há um único modelo de gestão na escola, e sim a construção de ferramentas que permear a administração da escola dentro de um território de assentamento.

Na segunda questão, questioneei: Como foi construído o Projeto Político Pedagógico? Dados as alternativas, foi ouvido toda a comunidade ou um grupo de pessoas elaboraram. 23,52% entenderam que foram ouvidas toda a comunidade e 76,47% opinaram por um grupo de pessoas que elaborou.

Aqui os estudantes demonstraram que não tem conhecimento do Projeto Político Pedagógico, e definem como um grupo de pessoas que elaborou. Mas é importante considerar que foi ouvido toda a comunidade através das representações no Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e pela coleta de informação e opinião através do projeto Escola em Minha Casa.

A terceira pergunta: Qual a função do Conselho Deliberativo Escolar? Com as seguintes alternativas Ajudar na administração escolar, Representar a comunidade escolar e Facilitar o diálogo entre escola e comunidade. 41,17% disseram que o

Conselho tem como função ajudar na administração escolar, 17,64% por Representar a comunidade escolar e 47,05% opinou por facilitar o diálogo entre escola e comunidade.

Grande parte dos estudantes entende que o Conselho Deliberativo Escolar como facilitador do diálogo entre comunidade escolar, e outra parte veem como função de ajudar na administração escolar e uma pequena parte entende que ele representa a comunidade escolar. É possível observar que há uma cobrança sobre o compromisso que os membros do Conselho têm com a comunidade e escola.

A quarta questão direcionei na participação dos estudantes no Conselho. Como é a participação dos estudantes no conselho? Com as seguintes alternativas Participam muito, Participam pouco e Não a participação. Não houve nenhuma opinião que desse que não há participação, 11,76% disse que participam muito e 88,23% entenderam que a participação é pouca.

A participação dos estudantes é definida pela maioria como pouca participação, mas ao mesmo tempo não deixa de participar sendo fundamental para o trabalho do Conselho frente o processo de gestão da escola.

A quinta pergunta foi. Em que atividades participam os estudantes? As alternativas foram Projetos escolares, Inter classe, Atividades culturais. Nessa questão os estudantes tinham a opção de opinar por mais de uma questão. 94,11% inter classe, 70, 58% atividades culturais, 41,17% projetos escolares.

É bastante considerável a participação dos estudantes nas atividades da escola embora na essencial como projetos escolares que é a marca da escola não tem uma participação expressiva.

A sexta questão foi. Qual a avaliação que você faz da escola Paulo Freire? A opção era ótima, boa, regular, ruim e péssima. As opiniões ficaram entre ótima, boa e regular, com 17,64% ótima, 64,70% boa e 17,64% regular. A escola tem uma boa aprovação por parte dos estudantes.

Os diretores que já trabalharam e ainda trabalha são cinco, portanto foram entrevistados quatro devidos não conseguir contato com um, sendo que apenas três responderam o questionário. O diretor que faltou embora muito importante devido tiver uma experiência de quatro anos frente à escola não foi possível sua contribuição.

Os diretores entrevistados deram uma visão geral de como é o processo de gestão da escola Paulo Freire, destaca elementos da educação do Campo, o apoio da comunidade junto à escola, o apoio do Estado junto às atividades e projetos realizado na escola e a participação do Conselho.

Os diretores que já trabalharam e que ainda trabalha na Escola Paulo Freire chama atenção para as seguintes questões: A educação do campo tem uma proposta muito ampla, baseada em princípios socialista, para se chegar à plenitude dessa proposta se faz necessário mudar a sociedade, desalienar o povo para que estes possam pensar diferentes. A educação tem esse papel, mas só a escola do campo jamais conseguirá cumprir essa missão. Segundo a opinião dos gestores a Escola Paulo Freire não alcançou os objetivos da educação do campo porque não conseguiu transformar as pessoas que estão em volta sobre a necessidade de educação, com novas valorizações do espaço do campo.

Em relação à participação da comunidade destaca como regular e bom: A escola é fruto da comunidade, considerando que sua gênese, surgiu nas intensas pautas de negociações do MST com o poder público nas esferas municipal e estadual, nas varias mobilizações. Partindo do ponto de vista de que a comunidade no início comparecia em peso nas reuniões e lutava junto para melhoria da escola, hoje nas reuniões não aparecem mais de 20% da comunidade e desses apenas 5% se disponibilizam para ir para a luta em prol da escola.

A participação do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e definido pelos diretores como positiva: O Conselho Deliberativo é muito importante para garantir a gestão democrática uma das características da Educação do Campo. O Estado deveria pensar em alternativas para qualificar as pessoas que se dispuseram a participar do Conselho, pois a cada ano que passa fica cada vez mais difícil encontrar pessoas disponíveis a assumir o cargo, pois o mesmo demanda tempo e disposição. A atuação do Conselho Deliberativo precisa ser mais qualificada no sentido de ser mais eficaz dentro da proposta da gestão democrática.

As entrevistas mostram que o processo de gestão que uma escola do Campo dentro de um assentamento de Reforma Agraria construído pela organização e luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem vivenciado e constituído como elemento educativo no território camponês. Fica claro que a escola é bem

vista pelos estudantes, e os mesmos sentem que a escola é uma ferramenta principal para o desenvolvimento da comunidade. A partir dos dados chegamos à conclusão que a gestão da escola é aberta para os estudantes embora eles não ocupem os espaço, por não estar organizado para que suas ideias e sugestões cheguem a ser debatidas e atendidas.

Com os dados da entrevista na Escola Paulo Freire, é possível observar que não há um modelo de gestão, mas permeia entre vários e demonstra que é um espaço muito propício para incorporar conceitos da Educação do Campo, aprimorando os já existentes. Os principais conceitos que a escola tem como característica é a luta social, a organização coletiva, o compromisso com a terra e o meio ambiente e a história da luta pela terra.

3.3 A gestão Escolar e a Educação do Campo.

A escola Paulo Freire é definida pelo pioneirismo na relação com a Educação do Campo, seus gestores nunca ficaram indiferentes a este compromisso. Os diretores entrevistados que já trabalharam na Escola Paulo Freire, argumentam que não há apoio necessário do Estado para concretizar a Educação do Campo. No início da concretização da escola o debate da Educação do Campo ainda "engatinhava", pouco se falava, a expressão não era conhecida nos bastidores da SEDUC/MT. Nos dias atuais é possível observar que o Estado tem desenvolvidas muitas políticas públicas, mas não é suficiente para desenvolver a Educação do Campo como um movimento. Por uma Educação do Campo propõe, falta ações mais efetivas dos responsáveis pela mesma no Estado de Mato Grosso. Segundo FERNANDES, CERIOLI e CALDART:

A chamada Por uma Educação Básica do Campo indica o desafio da construção, do processo que pretendemos desencadear com a conferência. Porque nem temos satisfatoriamente atendido o direito à educação básica no campo (muito longe disso) e nem temos delineada, senão de modo parcial e fragmentado, através de algumas experiências alternativas pontuais, o que seria de fato, a identidade do meio rural, não só como forma cultural diferenciada,

mas principalmente como ajuda efetiva no contexto específico de um novo projeto de desenvolvimento do campo, FERNANDES, CERIOLI e CALDART 2005, p,27.

Este desafio de construção talvez seja o processo que os povos da comunidade Paulo Freire têm experimentado ao longo de sua história.

As escolas do campo enfrentam muitas dificuldades em seu dia a dia, que poderiam ser amenizadas com ações do poder público e dentre esses problemas podemos citar, transporte escolar, péssima comunicação, difícil acesso, dificuldade de trazer compras de materiais e merenda escolar etc.

Os diretores destacam para a participação da comunidade na escola que no início foi muito forte e que com este apoio era mais fácil conquistar melhoria para a mesma, sendo que sempre que surgiam as demandas os pais alunos e educadores estavam dispostos a mobilizar, além de o MST já tinham uma estrutura organizativa para a possível mobilização como transporte, alimentos e saúde. Mas qual é o papel do diretor na escola: De acordo com SILVA, 2006.

[...] o diretor é o grande articulador da escola enquanto uma cultura, um facilitador e um dificultador de processos, sendo mais influente na medida em que centraliza mais decisões e pulverizando sua medida em a gestão se democratiza, não deixando com isso de exercer um papel de liderança, SILVA 2006, P72.

O papel do gestor é tido como função administrativa, papel que os diretores e a equipe administrativa certamente têm cumprido bem e feito algo mais, pois a escola do campo requer que todos que estão envolvidos no processo de gestão têm que estar empenhado para fazer além do seu trabalho, devido às demandas que a escola tem como comunicação precária, internet péssima, longa distância da Secretaria de Educação, estrada muito ruim e transporte precário.

O diretor de escola tem com função a autoridade escolar, o papel de educador e de administrador, como autoridade escolar, compete em sua responsabilidade tudo que passa pela escola, representa em ocasiões especiais, preside reunião da escola e dirige a outras entidades para tratar de assuntos de interesse da escola, sendo também um educador, pois ele participa do processo pedagógico da escola e tem como responsabilidade estar acompanhando o trabalho dos educadores com os

alunos no decorrer do ano letivo. Como administrador deve assumir a liderança para assegurar que os objetivos sejam colocados em pratica. O planejamento, a organização do trabalho, a coordenação dos esforços, a avaliação de resultados fazem parte do seu dia-a-dia de trabalho; enquanto ele se envolve com estas atividades, está desempenhando sua função de administrador.

A equipe gestora em si e elemento fundamental para a consolidação da educação do Campo. Ele está ligado a todo o andamento das atividades escolar, além de requerer que para ser uma boa equipe e faça um ótimo trabalho devem ser excelentes articuladores politico. Sabemos que eles relacionam com varias esferas publica e instituição particular além de seu coletivo de educadores, apoio administrativo, estudantes e pais.

Com todos os elementos abordados no processo de Gestão Escolar na Escola Estadual Paulo Freire, e compreensivo que a equipe gestora principalmente na pessoa do diretor tem papel preciso na consolidação da educação do Campo. Onde se mesmo tem conhecimento e compromisso com a educação do campo ele age em prol da mesma como articulador, terá grandes avanço para fortalecimento da escola do Campo.

Considerações Finais

Observa-se na análise que a escola é fruto da organização e luta dos trabalhadores, pois cada tijolo assentado teve que ser batalhado conquistado e sem a pressão dos sujeitos camponeses não tinha adquirido a escola, que tanto serviu e serve a comunidade como espaço coletivo, cultural e educativo, uma escola em processo de construção que se caracteriza como uma Escola do e no Campo.

E possível caracterizar que a Gestão Escolar na Escola Paulo Freire, o trabalho do gestor desempenha um papel fundamental na vida da escola sendo ele responsável por toda articulação política, social e cultural da comunidade. Além de zelar pela boa administração escolar, buscando sempre programar as políticas da Educação do Campo, e articular-se com a Secretaria de Estadual de Educação.

Com a pesquisa foi possível verificar que o diretor é peça fundamental para concretizar conceitos mais objetivos da Educação do Campo, devido estar em um ponto estratégico ou uma posição favorável ao debate. Porém não basta apenas ter uma boa direção o CDCE tem que cumprir com seu papel, o espaço para o debate e articulação com os segmentos da comunidade escolar.

A Escola precisa ser mobilizadora, promovendo a participação, de forma unificada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade, atuando em várias atividades e contribuindo para a efetivação da democracia participativa e para melhoria da qualidade social da educação.

A Educação do Campo é um processo que busca o respeito e a aprendizagem do ser humano. Toda pessoa tem o direito de aprender do seu jeito e deve ser respeitado enquanto sujeito da aprendizagem. O processo educativo só é possível quando baseado nas necessidades reais, necessidades essas que tocam na vida das pessoas ou que tem a ver com sua identidade. E é assim que a Escola Estadual Paulo Freire vem seguindo as orientações e os princípios da Educação do Campo, como um processo em construção, contraditório, mas que é uma das referências no Estado do Mato Grosso.

REFERÊNCIAS:

ARROYO, Miguel G. **Pedagogias em Movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais**. Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, Brasil. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, jan/jun 2003.

Autor: Poder Executivo. **A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, Lei nº 7040-98, de 1º de Outubro de 1998 - D.O. 1º. 10.98, Disponível em www.seduc.mt.gov.br acesso dia 11 de janeiro de 2013.

BLASI Jacqueline De, FALCÃO Sandra, apud (Lück, 2006a, p.22). **Gestão Participativa na Escola**. Revista do Centro Federal de Educação e Tecnologia, volume 9-nº1 Janeiro - Junho de 2008.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma Educação do Campo** (Campo - Políticas Publicas – Educação) 2008, p71.

Diário Oficial do Estado de Mato Grosso de 1º de outubro de 1998.

FERNANDES Bernardo Mançano, CELIOLI Paulo Ricardo, CALDART Roseli Salete. Cap.1 Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”. **POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO**, Ed. Vozes 2ª edição, Petrópolis 2005.

Fórum Estadual de Educação - **Plano Estadual De Educação**. SEDUC- CEE – Assembleia Legislativa – SINTEP – UNDIME - AME. 2006, p70.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 42ª Edição, Editora, PAZ E TERRA, 2005, 77p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIRARDI Eduardo Paulon, **Atlas da Questão Agrária Brasileira**, Citação retirada do site: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/luta_pela_terra.htm. Acessado dia 04 de janeiro de 2013.

LIMA, Samantha Dias de. **LIVRO DA DISCIPLINA: GESTÃO, PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**. Curso: Pedagogia – ULBRA, 2010.

MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de. **Gestão Democrática e Escolha do Diretor de Escola**, dissertação de mestrado, 2003.

MEDEIROS, Leonílde Servolo de. **A luta por terra no Brasil e o Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra**. Rio de Janeiro, 2009. 4p

MIRANDA, Lucilaine A. **A gestão participativa na escola estadual “Paulo Freire”**. Artigo apresentado na Disciplina de Estágio Curricular IV ao Curso de Graduação em Pedagogia – EAD, da Universidade Luterana do Brasil, como requisito parcial para conclusão de Curso, 2010.

MOLINA, M. C e SÁ, L. M. “Escola do Campo” In CALDART et all (Orgs.) *Dicionário de Educação do Campo*. EPSJV/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012. (p.326)

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Citação retirada do site: <http://www.mst.org.br/node/7702>. Acessado dia 30 de outubro de 2012.

PPP, 2011. **Projeto Politico Pedagógico** - Escola Estadual Paulo Freire. Assentamento Antônio Conselheiro, Barra do Bugres, Mato Grosso.

RECK, Jair. **Novas Perspectivas para Educação do Campo em Mato Grosso**. Contextos e Concepções: (RE) Significando a Aprendizagem e a Vida. SEDUC-MT-2007. (2007, p 21).

SAVIANI, Dermeval. **As Concepções Pedagógicas na História da Educação brasileira** - Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”, financiado pelo CNPq, para o “projeto 20 anos do Histedbr”. Campinas, 25 de agosto de 2005.

SILVA Claudia Lopes da. **O papel do Diretor Escolar na Implantação de uma**

Cultura Educacional Inclusiva a Partir de um Enfoque Sócio - Histórico.

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia, 2006 p72.

SOUZA, Maria Antônia de, BELTRAME, Sonia Aparecida Branco. **EDUCAÇÃO DO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS:** Educação do Campo e Pesquisa II. Questão para reflexão. Brasília - DF 2010, p.85

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **METODOLOGIA DA PESQUISA** 2ª ed. IESDE, 2008

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário aos estudantes:

Questionário de entrevistas para os estudantes:

1. Como funciona a gestão escolar?
☐ democrática ☐ participativa ☐ tradicional
2. Como foi construído o PPP da escola?
☐ foi ouvido toda comunidade
☐ Um grupo de pessoas elaboraram
3. Qual é a função do Conselho escolar?
☐ Ajudar na administração escolar
☐ Representar a comunidade escolar
☐ Facilitar o dialogo entre escola e comunidade
4. Como é a participação dos estudantes no conselho?
☐ Participam muito
☐ participam pouco
☐ não a participação
5. Em que atividades participam os estudantes?
☐ Projetos escolares
☐ Inter classes
☐ Atividades culturais
☐ Construção do Projeto Politico Pedagógico
6. Qual e a avaliação que você faz da escola?
☐ ótima ☐ boa ☐ regular ☐ ruim ☐ péssima
7. Quais são os seus aspectos positivos e negativos?

APÊNDICE B – Questionário aos Gestores da Escola Estadual Paulo Freire:

1. Qual a principal dificuldade da gestão na Escola Paulo Freire?
☐ () a distância da escola a sede Municipal
☐ () o transporte escolar
☐ () a internet
☐ () as disputas políticas internas e externas
2. Em sua opinião, porque a escola “Paulo Freire” ainda não alcançou seu objetivo em relação à Educação do Campo?
3. A escola recebe o apoio necessário do Estado para programar a Educação do Campo de acordo com a realidade do Assentamento.
4. Como você avalia a participação da comunidade na Escola no período de sua Gestão?
5. Como você avalia a participação do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar “Paulo Freire”.